



HAL
open science

Uma boa consciência colonial ainda necessária num país europeu moderno ?

Michel Cahen

► **To cite this version:**

Michel Cahen. Uma boa consciência colonial ainda necessária num país europeu moderno ?. Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, 1991, 9, pp.59-68. halshs-03183384

HAL Id: halshs-03183384

<https://shs.hal.science/halshs-03183384>

Submitted on 27 Mar 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº9

ABRIL DE 1991

UMA BOA CONSCIÊNCIA COLONIAL AINDA NECESSÁRIA NUM PAÍS EUROPEU MODERNO?

A propósito de: Estado-Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Volume I, *Enquadramento Geral*, Lisboa, 1988, E.M.E., 537pp.+Cartas

por Michel Cahen

A 16 de Janeiro de 1980, o general P.A.Gomes Cardoso, chefe do estado-maior do exército português, nomeava uma "Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974)". Essa Comissão trabalhou sob a direcção do general M.Freire Themudo Barata e integrou diversos oficiais superiores, entre os quais o brigadeiro Henrique António do Nascimento Barata, último governador da Zambézia colonial.

Esta iniciativa respondia a uma necessidade evidente da opinião pública portuguesa, para além do próprio exército, como o testemunha o facto de se ter esgotado rapidamente a primeira edição do Volume I, que é uma introdução geral aos três volumes que se irão seguir: um por cada "teatro de operações" de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Os militares portugueses que escreveram a sua visão da guerra e as suas memórias são ainda muito raros, e os seus testemunhos não podem deixar de interessar aos historiadores. Neste sentido, a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* será bastante útil, para lá das críticas que lhe possam ser feitas. É, no entanto, de lamentar que se trate de um trabalho levado a cabo por uma comissão do exército, e não dos três ramos das forças armadas portuguesas, e de um trabalho pensado unicamente pelos e para os militares.

Não está, porém, aí o problema que esta obra suscita...

DAS CRUZADAS À AUTODETERMINAÇÃO...

Para começar, são impostas ao leitor, bem na tradição dos longos preâmbulos dos decretos coloniais, páginas e páginas sobre o espírito das Cruzadas, totalmente inúteis para o objecto do livro, mas que têm uma finalidade ideológica evidente. Angola e Moçambique são "territórios que nos pertenciam por direito histórico" (p.37), e "de um modo geral, todas as campanhas inseridas no período do Império (...) nunca ultrapassaram o objectivo de garantir os direitos adquiridos e de defesa da nossa presença legítima" (p.68)...

Isto poder-nos-ia fazer sorrir. Mas já há menos vontade de sorrir quando se constata o inquietante desconhecimento da sua própria história da parte desses militares - ignorância sem dúvida necessária.

A obra, com efeito, retoma à sociedade o mito segundo o qual nunca teria havido legislação do trabalho forçado, nem legislação racista nas colónias portuguesas.

Os Congressos Pan-Africanistas dos anos vinte "reclamavam para o negro uma justiça que Portugal já plenamente reconhecia e praticava" (p.43). O de 1921 distinguia bem a "política correcta do governo português dos abusos eventualmente cometidos localmente" (p.42). Com efeito, segundo os nossos autores, "as críticas sobre o trabalho escravo eram tão infundadas quanto é certo que vigorava em todo o Ultramar português o Regulamento de 14 de Outubro de 1914 conhecido por ser o *diploma que regulamentava a liberdade de o negro não trabalhar*" (p.42). É preciso ter coragem para escrever isto em 1988! O percurso intelectual dos autores constitui um deslize semântico pouco subtil: A *legislação* não continha (segundo eles) nem trabalho forçado nem racismo, *portanto* não havia nem trabalho forçado nem racismo (excluídos alguns abusos isolados). Este deslize é, sem dúvida, inconsciente, não deixando por isso de ser menos desonesto. E, aliás, evidentemente que *houve* uma legislação sobre o trabalho forçado, e fundada em pressupostos racistas!

Os textos da lei eram escritos em termos vagos e diluíam o seu objecto sob uma torrente de detalhes burocráticos. Existiam três níveis de legislação.

Primeiramente, as leis, decretos-lei e decretos, decididos em Lisboa e publicados no Diário da República: Eram de inspiração "cristã" e "para inglês ver", e afirmavam bem o princípio da "liberdade do trabalho" associada a um aparentemente humilde "dever moral do trabalho". Mas ainda assim eles legislavam sobre o trabalho forçado! A "liberdade" que eles previam não era, de facto, aquela de trabalhar *ou não* para os europeus, mas a "livre-escolha" do... patrão europeu, porque o "trabalho" estava definido de tal maneira que não se podia tratar de uma actividade ^{não} inserida na economia de mercado: Quer se tratasse do bem conhecido "contrato" (*chibalo*), quer de uma cultura forçada (algodão, arroz, rícino), quer ainda (depois de 1944) da exploração de 5 a 10 hectares de terra ou de 50 a 100 cabeças de gado. Aqueles que trabalhavam nas suas pequenas machambas, que

pescavam, que caçavam "trabalho", o que os estes últimos, dura com o pagamento do verdadeiras caçadas submissos; esta situ

e após a segunda g Angola, *sem que t. decretos de Lis legislativos é pr Indígenas de 1926 1928, o Acto Colo*

pescavam, que caçavam, não cumpriam com o "dever moral do trabalho", o que os colocava à mercê do chefe de posto. Entre estes últimos, durante os anos trinta, alguns contentavam-se com o pagamento do imposto de palhota e outros organizavam verdadeiras caçadas ao homem com a ajuda dos "régulos" mais submissos; esta situação agravou-se consideravelmente durante



e após a segunda guerra mundial, tanto em Moçambique como em Angola, *sem que tivesse sido necessário modificar as leis e decretos de Lisboa*. Neste primeiro nível de textos legislativos é preciso incluir, por exemplo, os Estatutos Indígenas de 1926 e 1954, o Código do Trabalho Indígena de 1928, o Acto Colonial de 1930...

O segundo nível de legislação era o dos textos publicados unicamente nos Boletins Oficiais das Colónias (1ª Série), como por exemplo o "Regulamento do Trabalho Indígena da Colónia de Moçambique", de 1929, que "regulamentava", para este território, o Código do Trabalho Indígena de 1928: Neste texto produzia-se um outro deslize semântico - o "dever moral do trabalho" deixava de ser uma afirmação de princípio geral para se tornar um *imperativo legal*! O "trabalho" permanecia, talvez, livre, mas o "dever moral" já não o era! Aqueles que não se conformavam eram, assim, considerados "vadios" - o que os habilitava ao *chibalo* através de contratos pluri-anuais (São Tomé), anuais (Angola) ou semestrais (Moçambique), ou às culturas forçadas.

E o terceiro nível, o mais importante, era o das circulares, publicadas apenas na 2ª Série do B.O., ou simplesmente não publicadas, mas enviadas sob a forma de "confidenciais" a todos os administradores e chefes de posto e de circunscrição. Neste terceiro nível incluíam-se por exemplo, em Moçambique, as circulares confidenciais nº818, de 7 de Outubro de 1942, e nº566, de 15 de Maio de 1947, do Governador Geral, que organizavam o recrutamento forçado, *pelo administrador*, dos contratados; ou ainda a "Ordem de Serviço" nº9, de 30 de Setembro de 1947, do Governo do Niassa, que ordena *textualmente* - e eu cito - "rugas nas aldeias indígenas". E, certamente, havia ainda os abusos locais que ultrapassavam estas normas *legais*... Mas, será que os nossos militares nunca ouviram falar disto? O pior é que talvez não tenham!

O mesmo mito diz também respeito à questão racial. Afirmam os autores: "Nunca a lei conteve qualquer disposição baseada na etnia ou na cor da pele. O Estatuto dos Indígenas, que servia de *pretexto* para sucessivos ataques contra Portugal, revelava-se adequado pois visava *apenas* defender as populações menos evoluídas e respeitar os seus costumes e usos na linha tradicional portuguesa" (p.55). Não passa pela cabeça dos nossos autores a idéia que a definição de "indígena", elaborada apenas em 1926, podia servir "também" para designar aqueles que deviam submeter-se ao "dever moral do trabalho", conceito engendrado imediatamente após a codificação do indigenato.

Mas o mais surpreendente é que um grande número de portugueses estão, ainda hoje, convencidos dessa ausência de racismo na sua legislação colonial. O argumento é que, contrariamente à África do Sul, não era feita distinção

oficial entre negros, "indígenas" (ou "não-indígenas"). Mas esses pedaços quando se obtêm "indígena", nos estatutos. O indígena era o indivíduo que não se distinguia (não ser indígena, o indivíduo também o mestiço), e a sua economia: Era o escalão de "civilização" analfabeto dos portugueses branco que corria o risco do *chibalo*! Tal

"CARÁCTER DEFENSIVO" Uma tal visão mística "complot do estrangeiro" portugueses não ocorria massa das populações (...)" (p.58). Uma *submissão* da "grande iniciativa espontânea

Desconhecem o massacre de 1953, Moçambique), massacre de Pidjigu (Moçambique), da Baixa e de muitos outros, e libertação! A revolução termos chocantes: "E na Baixa de Cassange (...). Tornou-se inequívoca numa situação em que por milhares de amotinados, provocando um

Quais eram as consequências total desse "certo" militares, pouco "amotinados", como entanto, por escrito se tinham sublevado a selvagem - devido à

Que ignorância Cassange foi o território" (p.105)

oficial entre negros, mestiços, indianos e brancos, mas entre "indígenas" (ou "não-civilizados") e "civilizados" (ou "não-indígenas"). Mas esse "a-racialismo" rapidamente voa em pedaços quando se observa como era textualmente definido o "indígena", nos estatutos e no código de 1926, 1928 e 1954. O indígena era o indivíduo de *raça negra* ou dela descendente, que não se distinguia dos usos e costumes da sua *raça*. Para não ser indígena, o indivíduo de *raça negra* (e, muitas vezes, também o mestiço), e só *ele*, devia romper com a sua cultura e a sua economia: Era a "assimilação" que o projectava para o escalão de "civilizado", processo pelo qual nem o mais analfabeto dos portugueses tinha necessidade de passar - português branco que, mesmo no desemprego, nunca corria o risco do *chibalo!* Tal era a realidade e a *lei!*

"CARÁCTER DEFENSIVO DAS CAMPANHAS PORTUGUESAS" (p.67)

Uma tal visão mística certamente que traz de volta o velho "complot do estrangeiro": "O que se iniciara nos territórios portugueses não ocorria por iniciativa espontânea da grande massa das populações: Era preparado a partir do exterior (...)" (p.58). Uma só questão para os autores: Será que a *submissão* da "grande massa das populações" foi uma "iniciativa espontânea"?

Desconhecem o sentido das revoltas da Machanga (1932 e 1953, Moçambique), de Mossuril (1939, Moçambique), do massacre de Pidjiguiti (1959, Bissau), de Mueda (1960, Moçambique), da Baixa de Cassange (Janeiro de 1961, Angola), e de muitos outros, ocorridos antes do início das guerras de libertação! A revolta da Baixa de Cassange é evocada em termos chocantes: "Em Janeiro de 1961 começam a verificar-se na Baixa de Cassange (...) acontecimentos de certa gravidade (...). Tornou-se inevitável um confronto que veio a ocorrer numa situação em que as nossas tropas (...) vendo-se cercadas por milhares de amotinados (...) tiveram necessidade de abrir fogo, *provocando um certo número de baixas*" (p.105).

Quais eram as motivações dos "amotinados"? Qual foi o total desse "certo número de baixas"? Não se sabe. Outros militares, pouco suspeitos de simpatia para com os "amotinados", como Kaúlza de Arriaga, reconheceram, no entanto, por escrito, que os angolanos da Baixa de Cassange se tinham sublevado espontaneamente, contra a exploração mais selvagem - devido à cultura forçada do algodão!

Que ignorância essa, de escrever que a Baixa de Cassange foi o "reflexo da agitação *introduzida* no território" (p.105), quando na verdade ela foi uma autêntica

insurreição popular!

Não se diz praticamente nada sobre a feroz repressão desencadeada contra a revolta do 4 de Fevereiro de 1961 e do norte de Angola (primavera de 1961); mas "nove militares, entre eles um capitão e um tenente, que se haviam destacado de uma coluna militar para queimar cubatas *abandonadas*, à beira da estrada, são colhidos de surpresa e *selvaticamente* massacrados" (p.109). Poder-se-á saber porque foi que estes bravos militares sentiram a necessidade de queimar cabanas *abandonadas*? Quanto ao exército, claro que quando ele mata africanos isso nada tem de "selvático"... Será que os nossos autores censuram os insurgentes por não possuírem armas de fogo em número suficiente, tendo que se servir de catanas?! Só se sabe que "em menos de quatro meses as Forças Armadas Portuguesas haviam reocupado toda a região afectada", sem nenhuma indicação sobre os métodos civilizados que se usaram.

Quanto a Mueda, nem sequer é mencionada.

Não me passaria pela cabeça acusar os autores de mentiras ou omissões cínicas: O pior é que eles parecem de boa-fé, uma boa-fé que nos desarma, que modifica espontaneamente o sentido do mais pequeno facto histórico. Assim, durante o primeiro império português, se Goa (Índia) possuía os seus próprios arsenais não era porque esta cidade se encontrava muito afastada de Portugal e para melhor poder submeter as populações e vigiar as rotas comerciais; pelo contrário, era graças à "confiança dos povos que iam aceitando a soberania portuguesa" (p.21)!

A HONRA?

Tudo o que poderia afectar a honra do exército é poderosamente recalçado. O golpe de estado *militar* de 1926, que destruiu a *República* para mergulhar Portugal em quarenta e oito anos de *fascismo* é evacuado em cinco linhas (p.100). A vergonhosa intervenção portuguesa ao lado de Mussolini e Hitler em apoio à ^{França} ~~Frância~~ é assim qualificada: "A vizinha Espanha viveu, entre 1936 e 1939, uma sanguinária guerra civil, que *nos obrigou* a um estado de alerta permanente (...): Se bem que não tenhamos participado em tal conflito com quaisquer forças, *alguns* militares portugueses, como voluntários, combateram ao lado dos *nacionalistas* espanhóis (...)" (p.101). Os "alguns" militares voluntários foram simplesmente uma vintena de milhares, armados, alimentados, comandados por Salazar!

A tentativa de golpe de estado de 13 de Abril de 1961,

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 9: 59-68, Abril de 1991.

que dividiu profundamente os protagonistas são, a análise, em absoluto, a crise colonial (p.107).

Durante a guerra não fizeram prisioneiros nenhum tipo de turturadores ou militantes capturados por parte das tropas (como era feita essa "autoridades policiais" "autoridades policiais" torturar, não são nesse estranho pudor? PIDE. O exército salvou fazer o trabalho sujo. é melhor deixar a sua (nomeadamente através

O custo financeiro apresentada a percentagem das armadas em relação ao PIB (percentagem que tinha apresentada a percentagem extraordinárias das despesas ordinárias e essa que não cessou de

E, enfim, não há o "movimento dos capitais politicamente sob os 137 a 529 são no tínhamos"). Nem uma p

No entanto mu Portuguesas tinham sa de estado democrático

QUEM É O INIMIGO?

Em todo o livro raro saiba se uma passagem antigo ou se se tra 1988. Assim, o PAIGC nunca são referidos descolonização lhes libertação - mas co que, no vocabulário "terroristas". Ou a

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 9:

que dividiu profundamente o comando militar e cujos protagonistas são, alguns, ainda vivos, não é por isso analisada, em absoluto, nomeadamente nas suas relações com a crise colonial (p.107).

Durante a guerra de libertação, as tropas portuguesas não fizeram prisioneiros e os autores claro que não mencionam nenhum tipo de turtura: Simplesmente porque os guerrilheiros ou militantes capturados eram, "após a exploração imediata por parte das tropas para efeitos de recolha de informações" (como era feita essa "exploração imediata"?) remetidos às "autoridades policiais" (p.248). Mas porque é que essas "autoridades policiais", que permitem ao exército evitar torturar, não são nomeadas mais precisamente? De onde vem esse estranho pudor? Ele vem de um nome com quatro letras: PIDE. O exército salva assim a sua honra: Ele não teve que fazer o trabalho sujo, ele tinha uma estrutura para isso mas é melhor deixar na sombra as suas relações com o exército (nomeadamente através dos Serviços de Informação Militares).

O custo financeiro extremo da guerra é camuflado. É-nos apresentada a percentagem das despesas *ordinárias* das forças armadas em relação ao total das despesas *ordinárias* do Estado (percentagem que tinha tendência a baixar), e não nos é apresentada a percentagem das despesas *ordinárias e extraordinárias* das forças armadas em relação ao total das despesas *ordinárias e extraordinárias* do Estado (percentagem essa que não cessou de crescer até atingir 44% do orçamento!)

E, enfim, não há uma palavra - uma só palavra! - sobre o "movimento dos capitães" que se desenvolveu e amadureceu politicamente sob os golpes da guerra colonial (as páginas 137 a 529 são no entanto dedicadas ao "exército que tínhamos"). Nem uma palavra sobre o 25 de Abril de 1974!

No entanto muitos pensavam que as Forças Armadas Portuguesas tinham salvo a sua honra ao organizar este golpe de estado democrático. Será essa a opinião dos autores?

QUEM É O INIMIGO?

Em todo o livro raramente surgem aspas, se bem que nunca se saiba se uma passagem constitui a reprodução de um texto antigo ou se se trata do pensamento dos nossos autores em 1988. Assim, o PAIGC, a FRELIMO, o MPLA, o FNLA e a UNITA, nunca são referidos pelos nomes que os Acordos de descolonização lhes reconheceram - de movimentos de libertação - mas como "movimentos político-subversivos", o que, no vocabulário militar da época, era sinónimo de "terroristas". Ou ainda como *o inimigo* (sem aspas), cuja

propaganda visava "exacerbar a solidariedade r cica, fomentando a xenofobia" (p.378): Bela amálgama entre FNLA e MPLA ou FRELIMO...

Mas o inimigo, para estes militares de 1988, não estava apenas nas col nias. Estava também na Metr pole, constituído por aqueles que pretendiam: "Criar um clima revolucionário, desacreditando o *governo* e a *sua política*, tornando impopular a luta no Ultramar (...), convencendo o povo de que são pela luta organizada e unida poderia satisfazer as suas reivindica es, (...) incitando   indisciplina e deser o com a *alega o* de que a guerra era injusta, (...) fazendo alastrar idéias *pacifistas* e '*progressistas*' (N.do A.: São esta última palavra surge entre aspas!)" (pp.383-384)!!!

O inimigo   pois toda a oposi o democrática ao fascismo! Além disso, numa vontade de amalgamar duvidosa, eles misturam a oposi o anti-fascista com as "*seitas* religiosas, designadamente as Testemunhas de Jeovah", retomando a velha tese segundo a qual fora da Igreja católica, o resto não passa de "*seitas*" manipuladas pelo afro-asiatismo moscovita...

Felizmente que no início da obra nos previnem que "houve uma preocupa o constante em fugir a juízos de valor" (p.18)!!!

LUSO-TROPICALISMO E PATRIOTISMO PORTUGUÊS

Pode muito bem compreender-se que os cidadãos de um país não se envergonhem da sua própria História, apesar das páginas sombrias dessa mesma História. Por exemplo, eu não partilho as posi es do velho colono português de Moçambique, Theodorico de Sacadura Botte, mas acho-as *dignas*: "(...) que se não envergonhem (...) aqueles portugueses que por dever da farda que vestiam e por obediência às ordens recebidas, em África combateram e verteram o seu generoso sangue (...). E mais as famílias dos que ali gloriosamente perderam as suas vidas; e também os que voluntariamente e incitados pelo seu governo para África vieram trabalhar, oferecendo-lhe toda a sua mocidade para benefício deles próprios,   certo, mas também para contribuir para a riqueza e a prosperidade do país que julgavam poder criar".

Exprimir tais sentimentos poderá ser, para um cidadão português, legítimo, e isso particularmente para Sacadura Botte, que acrescenta: "O que eu condeno nesta altura da minha vida, com a clarividência de quem está perto de a deixar, e o saber de quem muito viu e meditou,   a filosofia

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 9: 59-68, Abril de 1991.

que nos levou a es
violência e na força

Aquilo que a "C
África" fez   toda u
escrita fantástica da
auto-legitima o de t

Ao fecharmos es
perguntar porque   que
portuguesa tem *necess*
Abril de 1974, quando
reatar os temas mais o
Não terá o exército
doutrina e o seu esp ri
imperiais, no senti
"Descobertas"?

Na realidade,
especificamente milit
ideologia luso-tropi
perturba es da Revol

Muitos portugue
país conhece a África
instintivamente; que
melhor aos trópicos
predisposi o essa
genética; que a sua
hoje a coopera o)   r
será nunca imperiali
naturalmente, como
ideológico nacional.

No período hist
metrópole, essas gl
lusitano parecem tão
das Descobertas duran
significam a persist e
um inconsciente col
tropicalismo aliment
pela dificuldade do
nova integra o euro

Tanto como ont
político. Quando os d
não conhecem melhor
que os seus cidadãos
retomada da emigra o
espontaneamente que
que as suas empr

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 9:

que nos levou a essa política de expansão apoiada na violência e na força das armas¹¹.

Aquilo que a "Comissão para o Estudo das Campanhas de África" fez é toda uma outra coisa. Trata-se de uma re-escrita fantástica da História e, o que é mais grave, de uma auto-legitimação de toda a política colonial.

Ao fecharmos este livro, não podemos deixar de nos perguntar porque é que o alto comando da instituição militar portuguesa tem *necessidade*, em 1988, 14 anos após o 25 de Abril de 1974, quando Portugal já voltou à democracia, de reatar os temas mais caros à ideologia colonial salazarista. Não terá o exército português outro meio de basear a sua doutrina e o seu espírito de corpo a não ser nos esplendores imperiais, no sentido missionário, na exaltação das "Descobertas"?

Na realidade, trata-se de um fenómeno não especificamente militar, e difícil de delimitar: O poder da ideologia luso-tropicalista que atravessou incólume as perturbações da Revolução dos Cravos.

Muitos portugueses permanecem *convencidos* de que o seu país conhece a África melhor que ninguém, e que a conhece *instintivamente*; que os portugueses se adaptam *naturalmente* melhor aos trópicos que todos os outros povos europeus, predisposição essa de carácter permanente, atemporal, genética; que a sua acção em África (outrora a colonização, hoje a cooperação) é *necessariamente* de um "outro tipo" e não será nunca imperialista ou neocolonial. O exército actua, naturalmente, como uma lupa que amplia este fenómeno ideológico nacional.

No período histórico desfavorável hoje vivido pela ex-metrópole, essas glórias e mitos fundadores do patriotismo lusitano parecem tão necessárias quanto o foi o "saudosismo" das Descobertas durante os três séculos de declínio. Mas elas significam a persistência da ideologia do declínio, o peso de um inconsciente colectivo que recusa a ruptura. O luso-tropicalismo alimenta um patriotismo em crise, destroçado pela dificuldade do Portugal pós-colonial em se situar na nova integração europeia.

Tanto como ontem, o luso-tropicalismo é hoje um perigo político. Quando os dirigentes portugueses se convencerem que não conhecem melhor a África que os italianos ou os suecos; que os seus cidadãos - apesar dos surpreendentes apelos à retomada da emigração - não se dirigem para os trópicos mais espontaneamente que os franceses, os alemães ou os russos; que as suas empresas não têm um comportamento mais

filantrópico que as companhias japonesas ou americanas, então talvez o esforço para descobrir uma África independente possa ser mais facilmente accionado, e os elementos de uma política de longo prazo melhor definidos.

Face à dramática situação vivida por Angola e Moçambique, deixar-se embarcar, pelo contrário, na exaltação de um paraíso colonial não é certamente tomar a melhor direcção - mesmo que isso ajude visivelmente a fazer viver o espírito de corpo da instituição militar. Esperemos que os três volumes que se seguem sejam verdadeiros estudos históricos e não um galimatias ideológico.

NOTAS

¹ E militares de alta patente! Nem capitães nem soldados foram interrogados. A bibliografia é composta quase exclusivamente de textos militares, legislação, obras escritas por dignitários do antigo regime: Os trabalhos históricos realizados de há quinze anos para cá são totalmente ignorados. José Capela, James Duffy, Allen Isaacman, René Pélissier, David Birmingham, Gervase Clarence-Smith, Valentin Alexandre, António Carreira, Adelino Torres, Mário de Andrade, Douglas Wheeler, John Marcum, Ronald Chilcote, Aquino de Bragança, Jeanne Penvenne... não existem!

² A questão das deserções é, aliás, negada: Como não houve efectivamente muitas deserções de soldados em uniforme, isso significa para eles que ninguém tentou recusar a guerra colonial - as deserções teriam mesmo diminuído... Mas não é dita uma palavra sobre a causa dessa estranha fraqueza estatística das deserções: as dezenas de milhares de jovens partidos para França para não terem que fazer a guerra colonial...

³ Theodorico César de Sande Pacheco de Sacadura Botte, *Memórias e Autobiografia (24 Anos em Portugal e 60 em África)*, Maputo, 1985-86, Minerva Central, Vol. II, pp.196-197.

⁴ No decurso de um colóquio recente sobre Angola, realizado em Paris sob a égide do Fórum Internacional de Política - que aliás não passava de uma manobra de apoio à UNITA - o director da revista de direita portuguesa *Tempo*, Nuno Rochá, cobriu-se de ridículo, vítima do seu luso-tropicalismo caricatural. Querendo provar que os seus compatriotas sempre se integraram perfeitamente nos trópicos, ele recorreu ao argumento das relações sexuais entre portugueses e africanos, e à mestiçagem daí resultante... Face ao borburinho que se gerou, da parte de uma sala que mesmo assim lhe era favorável, e que ele não compreendia, pretendeu mostrar o seu "anti-racismo" afirmando: "Mas, asseguro-vos, as mestiças são belas mulheres"...

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 9: 59-68, Abril de 1991.

NOS CEM DE DELIMITAÇÃO

Assinalando-se a 11 de Novembro de 1975 o Tratado Luso-Britânico de 1890, "regular definitivamente as esferas de influência das duas potências na Moçambique publicada no Boletim, transcreve-se o artigo 1.º Aplicáveis ao Ultramar (de Almada).

Decisão oportuna do Conselho de Estado referido tratado com as fronteiras fundamentais de Moçambique, maior parte das quais não reconhecidas fronteiras.

É dado adquirir a Moçambique interessam pela história da região utilizar-se o velho mapa de ocupação e dele inferir a ignorância ou conveniência como unidade geográfica.

O que é verdadeiramente dos países do continente mesmo foi sujeito pelo tratado célebre Conferência de Berlim de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 o princípio de que os direitos de soberania.

A data da Conferência de Berlim pela força das armas e das fronteiras locais por meio de tratados o território que é hoje Moçambique pelo litoral - Ilha de Quelimane, Sofala, Inhambane, interior resumiam-se em fortificados - Sena e Zambeze abandonada e os pontos de controlo das autoridades.

O Tratado de 1890 expansionistas de

**NOS CEM ANOS DO TRATADO
DE DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS
1891-1991**

Assinalando-se a 11 de Junho próximo o primeiro centenário do Tratado Luso-Britânico de 1891, acordo que teve em vista "regular definitivamente a delimitação das respectivas esferas de influência em África", decidiu o Arquivo Histórico de Moçambique publicá-lo por antecipação neste número do seu Boletim, transcrevendo-o da colectânea de "Tratados Aplicáveis ao Ultramar" (Volume V, da edição de 1943, de José de Almada).

Decisão oportuna, sobretudo se se tiver em conta que o referido tratado constitui um dos documentos jurídicos fundamentais de Moçambique, pois estabelece o traçado da maior parte das suas actuais e internacionalmente reconhecidas fronteiras.

É dado adquirido e conhecido de todos quantos se interessam pela história do nosso país que é uma inverdade utilizar-se o velho e gasto chavão dos quinhentos anos de ocupação e dele inferir-se, como muita gente tem feito (por ignorância ou conveniência política), que Moçambique existe como unidade geográfica e administrativa há já tanto tempo.

O que é verdade é que Moçambique, como a maior parte dos países do continente, é resultado da partilha a que o mesmo foi sujeito pelas potências europeias, na sequência da célebre Conferência de Berlim, realizada de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, que, entre outros, consagrou o princípio de que apenas a ocupação efectiva conferia direitos de soberania sobre os territórios africanos.

A data da Conferência, os domínios de Portugal (obtidos pela força das armas ou cedidos pelos estados e chefaturas locais por meio de tratados, ao longo de muitos anos) no território que é hoje Moçambique encontravam-se dispersos pelo litoral - Ilha de Moçambique, Ilhas de Quirimba, Quelimane, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques - e no interior resumiam-se a uns poucos estabelecimentos fortificados - Sena, Tete e Zumbo (Manica há muito fora abandonada e os prazos do vale do Zambeze estavam fora do controlo das autoridades portuguesas).

O Tratado de 1891, ao regular as pretensões expansionistas de Portugal e da Inglaterra, marcou